



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

MINUTA DE CONTRATO: SUSEP/DIRAD/CGEAF/COLIC/DILIC1 Nº 0034821/2016
PROCESSO Nº: 15414.608209/2016-05
INTERESSADO: ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DA SUSEP EM SÃO PAULO, COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato
para
prestação
de
Serviço
Telefônico
Fixo
Comutado
-
STFC
na
modalidade
local
para
ligações
originadas
na
Regional
da
SUSEP
no
Estado
de
São
Paulo,
que
fazem
entre
si
a
Superintendência
de
Seguros
Privados
-
SUSEP
e
a
<nome
da
empresa>.

A **Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**, Autarquia Federal, ao Ministério da Fazenda, inscrita no CNPJ - MF sob o nº 42.354.068/0001-19, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 730, Centro - Rio de Janeiro - RJ, neste ato representada pelo (a) <cargo do ordenador de despesas>, Sr. <nome do ordenador de despesas>, <nacionalidade>, <estado civil>, portador do documento de identidade nº <nº da identidade>, expedido pelo <órgão expedidor> e inscrito no CPF - MF sob o nº <nº do CPF>, consoante delegação de competência conferida pela **Portaria SUSEP nº xxxx, de xx de xxxxx de 200x**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a <nome da empresa>, inscrita no CNPJ - MF sob o nº <nº do CNPJ>, situada na <endereço>, neste ato representada pelo <nome do representante>.

<nacionalidade>, <estado civil>, portador do documento de identidade nº <nº da identidade>, expedido pelo <órgão expedidor> e inscrito no CPF - MF sob o nº <nº do CPF>, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam entre si e celebram o presente Contrato, nos termos do Pregão Eletrônico nº X/201X, em conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e suas respectivas alterações, aplicando subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, as demais normas complementares, e do que consta do Processo SUSEP nº 15414.XXXXXX/2016-XX, mediante as condições inseridas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC na modalidade local para ligações originadas na Regional da SUSEP no Estado de São Paulo, setor 31 da região III, destinadas a telefones fixos e móveis e efetuadas por intermédio de 01 (um) tronco digital E1 que comporta até 30 (trinta) ramais DDR, incluindo a portabilidade dos números atualmente utilizados.

Parágrafo primeiro. O representante legal da Contratada deverá, na data de homologação do certame licitatório, possuir certificação digital emitida por autoridade certificadora pertencente à cadeia da ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira) para assinatura do Termo de Contrato a ser encaminhado por email em formato PDF (Portable Document Format) pelo setor responsável da Contratante.

Parágrafo segundo. Deverá a Contratada realizar a portabilidade dos números atualmente utilizados pelo Escritório de Representação da SUSEP no Estado de São Paulo - ERSSP, à rua Formosa, nº 367 - 26º andar do Edifício CBI, Centro - São Paulo / SP.

Parágrafo terceiro. Para conhecimento das proponentes, o perfil de tráfego da SUSEP será apresentado no Anexo I do Termo de Referência ERSSP Nº 03/2016, o qual não constitui qualquer compromisso futuro de consumo, correspondendo apenas à média mensal estimada, em minutos, de ligações telefônicas que poderão ser efetuadas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é de até 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II, do art.57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo primeiro. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela SUSEP, após comunicação formal à contratada com no mínimo 30 dias de antecedência, caso seja realizada nova contratação cujo objeto substitua o presente serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** executará os serviços considerando a descrição contida no item 5 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, do Termo de Referência ERSSP Nº 03/2016, do Edital do Pregão Eletrônico nº X/201X.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à CONTRATADA:

a) Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou municipal, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela regulamentação da ANATEL; Assumir a responsabilidade por todos os encargos previstos na legislação, obrigando-se a saldá-los na época própria, sendo que a sua inadimplência com referência aos encargos estabelecidos não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar os

serviços prestados, razão pela qual a mesma renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a SUSEP;

b) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho de alguma atividade pertinente ao objeto deste termo ou em conexão ou contingência, na forma aprovada pelo Decreto nº: 3.048/99;

c) Credenciar, no dia de início dos serviços, preposto junto à SUSEP que representará a empresa durante a execução dos serviços, segundo modelo no Anexo II deste Termo de Referência;

d) Quando for o caso e no que for aplicável, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados e prepostos, as normas da SUSEP;

e) Não veicular publicidade acerca da prestação dos serviços nesta Autarquia, salvo prévia autorização da SUSEP;

f) Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de quaisquer naturezas de que venha tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização;

g) Comunicar à SUSEP, imediatamente, qualquer alteração em seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, a fim de serem tomadas as providências cabíveis;

h) Não transferir, no todo ou em parte, a execução do presente Contrato, sem prévia e expressa autorização da SUSEP;

i) Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços que prestar, e arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços;

j) Repor no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer objetos comprovadamente danificados por seus empregados ou prepostos;

k) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;

l) Prestar os serviços de forma metódica e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;

m) Implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz;

n) Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da SUSEP, relativamente à prestação do Serviço Telefônico;

o) Responsabilizar-se pelos custos de operação e realizar a manutenção preventiva e corretiva, sem ônus para a SUSEP, nos equipamentos de propriedade da prestadora dos serviços que forem instalados para realização dos mesmos;

p) Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer, serem sanadas em até 08 (oito) horas;

q) Atender às solicitações, de imediato, corrigindo no prazo máximo de até 08 (oito) horas, após notificação, qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados;

r) Prestar manutenção ininterrupta 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;

s) Fornecer meio de comunicação 24 (vinte e quatro) horas por dia (inclusive sábados, domingos e feriados) para chamadas técnicas;

t) Fornecer, mensalmente, ou quando solicitado, o demonstrativo de utilização dos serviços, por linha, conforme determinado pela SUSEP;

u) Após assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá entrar em contato com a operadora que disponibiliza as linhas atuais para efetuar todos os procedimentos necessários para a portabilidade, sem que haja interrupção de serviço;

v) Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à SUSEP e/ou terceiros por seus empregados, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou omissão da Contratada ou de quem em

seu nome agir;

w) Ressarcir todo e qualquer dano a SUSEP ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão de seus empregados;

x) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os danos causados, comprovadamente, por seus funcionários;

y) Ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade da SUSEP, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado e recolhido por depósito a favor da SUSEP, através de GRU - Guia de Recolhimento da União -, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da notificação, garantida ampla defesa e o contraditório. Se o valor dos danos não for pago ou depositado, poderá ser descontado de saldos devidos pela SUSEP à Contratada. Em caso de saldo insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa/judicialmente.

z) Informar a seus empregados sobre a proibição de retirarem-se do prédio ou instalações da SUSEP portando volumes ou objetos dessa, sem a devida autorização da fiscalização do Contrato;

aa) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado; e

bb) Das Condições de Habilitação

cc) Manter, durante toda execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

dd) Caso a Contratada não comprove a manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual, constituir-se-á falta contratual que enseja a aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à CONTRATANTE

a) Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, e assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;

b) Especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados pela Contratada, e documentar as ocorrências e desvios ocorridos;

c) Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela SUSEP, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela SUSEP, não devem ser interrompidas. A SUSEP deverá controlar as ligações efetuadas;

d) Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução dos serviços, em especial aplicação de sanções, alterações e reajustes do pactuado;

e) Utilizar adequadamente os serviços, equipamentos e redes de comunicação;

f) Comunicar às Autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela prestadora dos serviços;

g) Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços demandados e realizados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências convencionadas neste Termo de Referência e no Contrato a ser firmado;

h) Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para execução dos serviços referentes ao objeto deste Termo de Referência, quando necessário;

i) Não permitir que a mão de obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato a ser firmado;

j) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

k) Assegurar-se que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, pelas demais empresas que executem serviços similares ao objeto deste Termo de Referência, de forma a garantir que sejam mais vantajosos para a SUSEP; e

l) Aplicar à Contratada as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

O preço dos serviços contratados corresponde à importância mensal de **R\$ XXXXXX (valor por extenso)**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O valor trimestral do preço dos serviços contratados poderá ser reajustado, desde que seja observado o prazo mínimo de 1(um) ano conforme disposto no art. 5º do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994 e no art. 3º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 e suas respectivas alterações.

Parágrafo primeiro. Advindo prazo legal para o reajuste do Contrato, caberá à contratada apresentar a sua solicitação ao Fiscal do Contrato.

Parágrafo segundo. Autorizado o reajuste pela SUSEP, o pagamento da diferença entre o valor reajustado e o anteriormente praticado, relativo aos serviços já prestados, será efetuado mediante a apresentação de fatura distinta da apresentada mensalmente.

Parágrafo terceiro. Os reajustes de preço para o objeto em tela serão efetuados com base no índice oficial do setor, no caso, o Índice de Serviços de Telecomunicações - IST, publicado pela ANATEL.

Parágrafo quarto. O prazo para a contratada solicitar o reajuste encerra-se na data do encerramento da vigência do contrato.

Parágrafo quinto. Caso a contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo fixado no parágrafo anterior, ocorrerá a preclusão do direito.

Parágrafo sexto. É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a 1 (um) ano, em conformidade com o §1º do art. 2º, da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O recurso orçamentário destinado a atender as despesas decorrentes deste Contrato corresponde ao **valor total de R\$ xxx,xx (valor por extenso)** para o período 12 (doze) meses, correndo R\$ xxx,xx (valor por extenso) por conta da dotação orçamentária consignada à **CONTRATANTE**, no exercício financeiro de 201X, pelo programa de trabalho <xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx>, na categoria econômica <xxxxxx>, conforme Nota de Empenho 201XNE90XXXX e R\$ xxx,xx (valor por extenso) a ser empenhado no exercício seguinte.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

Em contraprestação aos serviços prestados, o pagamento será efetuado em parcelas mensais e em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias da data de recebimento da fatura no Protocolo da SUSEP, à rua Formosa, nº 367 - 26º andar do Edifício CBI, Centro - São Paulo / SP.

Parágrafo primeiro. A contratada deverá observar toda a legislação tributária e demais pertinentes vigentes sobre notas fiscais/ faturas e tributos e especificar o objeto e o mês da prestação do serviço no corpo da nota fiscal.

Parágrafo segundo. O número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, indicado na nota fiscal/fatura, deverá coincidir com o apresentado na proposta da contratada, o qual será utilizado para consulta ao SICAF, bem como para emissão de notas de empenho.

Parágrafo terceiro. Previamente à contratação e antes de cada pagamento, será emitida, pela contratante, através de consulta "on line", certidão que comprove a regularidade da situação da contratada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

Parágrafo quarto. Conforme decidido no âmbito do Acórdão nº 1.054/2012 - Plenário do Tribunal de Contas da União a SUSEP exigirá, por ocasião de cada ato de pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas, de modo a dar efetivo cumprimento às disposições constantes dos artigos 27, IV, 29, V, e 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993, c/c os artigos 1º e 4º da

Lei nº 12.440/2011.

Parágrafo quinto. O pagamento poderá ser realizado ainda que constatada irregularidade fiscal (SICAF) ou trabalhista (CNDT). Neste caso, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da contratada de corrigir a situação, a contratante concederá um prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período por solicitação da contratada, para regularização, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções de multa e de impedimento de licitar e contratar com a União por até 5 (cinco) anos.

Parágrafo sexto. A contratada poderá ser penalizada, de acordo com a legislação vigente e com as cláusulas deste Termo, caso não mantenha regular suas certidões obrigatórias.

Parágrafo sétimo. Será feita retenção dos tributos exigíveis pela legislação vigente, exceto se a contratada tiver optado pelo SIMPLES, hipótese em que deverá comprovar tal condição mediante fornecimento de cópia do respectivo termo de opção, desde que esta opção não seja vedada pelo art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006. Será aplicado o percentual constante da tabela de retenção da Instrução Normativa nº 480/2004, da Secretaria da Receita Federal ou a que vier a substituí-la.

Parágrafo oitavo. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura, por incorreções, a contagem do prazo iniciará a partir da nova data de entrega, no protocolo da SUSEP.

Parágrafo nono. As multas e retenções que porventura existam poderão ser, a critério da Administração da SUSEP, deduzidas no próprio valor a ser pago ou da garantia do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

A SUSEP exercerá, através de um Gestor de Contrato, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados e do fiel cumprimento das exigências constantes desse Termo, o que não exclui a fiscalização e supervisão dos serviços por parte da Contratada e não exime esta última da responsabilidade pela sua execução.

Parágrafo primeiro. A fiscalização do Contrato poderá, para fins de realização da verificação mencionada no subitem anterior, utilizar-se de quaisquer instrumentos previstos no presente Termo de Referência, Instrumento Contratual, ou na legislação vigente, notadamente no Anexo IV da IN MPOG nº 02/2008.

Parágrafo segundo. Os casos omissos ou dúvidas suscitadas por parte da Contratada que não sejam esclarecidas pelo Gestor de Contrato serão esclarecidos pela autoridade competente da SUSEP.

Parágrafo terceiro. Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados serão consideradas regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela Contratada, através de protocolo, e-mail, carta, telegrama ou fax, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido por inadimplemento de suas cláusulas ou quando verificados os fatos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as disposições contidas nos arts. 79 e 80 da referida Lei, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo primeiro. Ocorrendo a rescisão por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, além das penalidades administrativas cabíveis, esta responderá por perdas e danos e demais cominações legais.

Parágrafo segundo. O Contrato também poderá ser rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, por motivo de conveniência da Administração, notificando-se à **CONTRATADA** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, ainda, por acordo entre as partes.

Parágrafo terceiro. Em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do Contrato, prevista no art. 77 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, a **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração Pública.

Parágrafo quarto. Em caso de rescisão contratual, o documento expedido para comunicação substituirá o Termo Rescisório, ficando as partes contratantes desobrigadas dos compromissos assumidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e nos prazos estabelecidos sujeitará a CONTRATADA às penalidades constantes do art. 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, c/c o art. 28 do Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, garantida a prévia defesa.

Parágrafo primeiro. Em caso de inexecução do Contrato, erro na execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativas, que poderão ser cumuladas, conforme a espécie de falta cometida, sendo também possível desde logo a aplicação da penalidade mais rigorosa, em vista da gravidade da conduta e dos prejuízos dela decorrentes:

a) Atraso na entrega da Nota Fiscal ou Fatura:

- a.1) Advertência;
- a.2) Multa de até 1% a 5% do valor mensal do Contrato a cada ocorrência;
- a.3) Multa de 5% a 10% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos maiores do que 1 (um) mês;
- a.4) Rescisão unilateral do Contrato pela SUSEP.

b) Descumprimento dos prazos de atendimento definidos no objeto da contratação:

- b.1) Advertência;
- b.2) Multa de até 1% a 10% do valor mensal do Contrato a cada ocorrência;
- b.3) Multa de 10% a 20% do valor mensal do Contrato no caso de atrasos maiores do que 1 (um) mês;
- b.4) Rescisão unilateral do Contrato pela SUSEP.
- b.5) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos, com o descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, na 3ª reincidência num período de até 12 (doze) meses.

c) Atraso Injustificado para início do Contrato:

- c.1) Advertência;
- c.2) Multa de até 5% do valor total do Contrato;
- c.3) Rescisão unilateral do Contrato pela SUSEP;
- c.4) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.

d) Descontinuação na prestação do serviço, retardamento da execução do objeto, fraude na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometimento de fraude fiscal ou não manutenção da proposta:

- d.1) Advertência;
- d.2) Multa de até 10% do valor total do Contrato;
- d.3) Rescisão unilateral do Contrato pela SUSEP;
- d.4) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.

e) Hipóteses não elencadas nos demais itens desta cláusula ensejarão a aplicação de penalidade de:

e.1) Advertência;

e.2) Multa única, no valor de 1% a 10% do valor do Contrato, conforme a gravidade e os prejuízos oriundos da falta cometida;

e.3) Rescisão unilateral do Contrato pela SUSEP;

e.4) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.

Parágrafo segundo. A contagem dos dias para aplicação das multas diárias tratadas nesta Cláusula terá início na data de caracterização do descumprimento contratual ou, no caso de ter sido encaminhada comunicação formal, para regularização da execução contratual, no dia seguinte ao término do prazo eventualmente estipulado pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. As penalidades poderão ser combinadas e não há necessidade de primeiro serem aplicadas penas mais brandas, podendo a **CONTRATANTE**, dependendo do ocorrido, aplicar diretamente as penalidades mais graves.

Parágrafo quarto. No processo de aplicação de sanções, será sempre assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo quinto. A penalidade aplicada será registrada no SICAF.

Parágrafo sexto. A data de vencimento de multa aplicada em última instância ou de cuja aplicação não venha a ser apresentado recurso será o último dia útil anterior ao dia 15 do mês subsequente à data de assinatura da correspondência de notificação da sua aplicação ou da decisão em última instância.

Parágrafo sétimo. As multas aplicadas poderão ser descontadas da garantia prevista no Contrato, dos pagamentos devidos à contratada, recolhidas à conta Única do Tesouro Nacional em favor da SUSEP ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) É vedada a utilização da garantia ou deste Contrato para qualquer operação financeira, bem como a cessão, a subcontratação ou a transferência total ou parcial a terceiros da execução dos serviços contratados, sem o prévio consentimento da **CONTRATANTE**, sob pena da aplicação de sanções e penalidades previstas na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e consequente registro no SICAF.

b) A **CONTRATANTE** poderá solicitar a qualquer tempo, quaisquer documentos da **CONTRATADA**, para comprovação de regularidade de situação cadastral ou da contratação dos empregados envolvidos na prestação do serviço e demais documentos considerados pertinentes pela **CONTRATANTE**.

c) Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela **CONTRATADA** através de protocolo, carta registrada ou telegrama.

d) Só será permitida a permanência do empregado designado pela **CONTRATADA** nas dependências da **CONTRATANTE**, durante o período em que estiver prestando os serviços.

e) A **CONTRATADA** deverá aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, na forma dos §§ 1º e 2º, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

f) A celebração do presente Contrato não acarretará qualquer vínculo empregatício entre a **CONTRATANTE** e os empregados indicados pela **CONTRATADA** para execução dos serviços. Caso a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, venha a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de emprego, a **CONTRATADA** obriga-se a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.

g) São partes integrantes deste Contrato: o Edital e seus Anexos, bem como a

proposta da **CONTRATADA** no que não conflitar com as partes deste Contrato.

h) A **CONTRATADA** deverá ser registrada na junta comercial do objeto relativo ao presente Contrato.

i) A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de qualificação e habilitação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº X/201X.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, não resolvidas administrativamente, as partes elegem o Juízo Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Instrumento na Imprensa Oficial no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

E por estarem as partes justas e pactuadas, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, xx de xxxxxxxxxxx de 201X.

Nome

Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

Nome

Empresa contratada

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2016.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **MAIQUEL HENRI ELIAS CORDEIRO (MATRÍCULA 1573237), Chefe de Divisão**, em 09/11/2016, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0034821** e o código CRC **16AC85AC**.